



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ANA CLAUDIA GOMES REIS

**CRÍTICA À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: HISTÓRIA E
CONTRIBUIÇÕES DE ÁLVARO VIEIRA PINTO E MIGUEL ARROYO**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO
2025**

Ana Claudia Gomes Reis

**Crítica à Educação de Jovens e Adultos no Brasil: história e contribuições de
Álvaro Vieira Pinto e Miguel Arroyo**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à UFT
– Universidade Federal do Tocantins – Campus
Universitário de Miracema do Tocantins, para
obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Bernardes de Carvalho

Miracema do Tocantins, TO

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- R375c Reis, Ana Claudia Gomes.
Crítica à Educação de Jovens e Adultos no Brasil: história e contribuições de Alvaro Vieira Pinto e Miguel Arroyo. / Ana Claudia Gomes Reis. – Miracema, TO, 2025.
33 f.
- Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2025.
Orientador: Márcio Bernardes de Carvalho
1. Educação de Jovens e Adultos (EJA). 2. Alfabetização. 3. Inclusão Social. 4. Cidadania. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ANA CLAUDIA GOMES REIS

CRÍTICA À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: HISTÓRIA E
CONTRIBUIÇÕES DE ÁLVARO VIEIRA PINTO E MIGUEL ARROYO

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Pedagogia foi avaliado para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia e aprovado em sua forma final pelo(a) Orientador(a) e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: 20/02/2025.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Márcio Bernardes de Carvalho – Orientador – UFT

Prof. Dr. Francisco Gonçalves Filho – Examinador – UFT

Profa. Dra. Luciane Silva de Souza – Examinadora – UFT

RESUMO

O artigo aborda a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, com foco em sua evolução histórica e nas contribuições de Álvaro Vieira Pinto e Miguel Arroyo. Desde o período colonial, a exclusão educacional foi uma realidade para as classes populares, agravada por políticas que reforçavam desigualdades. Durante a ditadura militar, iniciativas como o MOBRAL priorizavam uma alfabetização funcional e ideológica, sem promover transformação social. Com o retorno à democracia, a EJA foi reconhecida como direito pela Constituição de 1988 e consolidada pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, visando inclusão e cidadania. O objetivo geral deste estudo é analisar a evolução da escolarização de jovens e adultos no Brasil, destacando os desafios históricos e as contribuições de Álvaro Vieira Pinto e Miguel Arroyo para a construção de uma abordagem educacional crítica e emancipatória. Para isso, os objetivos específicos incluem: (1) contextualizar historicamente a educação de jovens e adultos no Brasil, evidenciando os desafios enfrentados ao longo do tempo; (2) examinar as políticas educacionais implementadas para a alfabetização de jovens e adultos, identificando avanços e retrocessos; (3) analisar criticamente as contribuições teóricas de Álvaro Vieira Pinto e Miguel Arroyo para o pensamento educacional voltado à EJA; (4) discutir os desafios atuais da EJA e suas implicações para a inclusão social e o desenvolvimento da cidadania; e (5) apresentar reflexões sobre como os princípios defendidos pelos autores estudados podem contribuir para fortalecer a EJA como uma política educacional transformadora. Os resultados indicam que, apesar dos avanços legais, a EJA ainda enfrenta desafios significativos, como a evasão escolar, o preconceito institucional e a falta de investimentos adequados. As análises evidenciam que a valorização das vivências dos alunos, conforme proposto por Arroyo, e a concepção de educação como ferramenta de transformação social, defendida por Vieira Pinto, são fundamentais para fortalecer a EJA e torná-la mais efetiva na promoção da inclusão e da cidadania. O estudo conclui que, para que a EJA cumpra plenamente seu papel, é essencial o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e a adoção de práticas pedagógicas que respeitem a diversidade dos estudantes e promovam uma aprendizagem significativa e crítica.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos (EJA). Alfabetização. Inclusão social. Cidadania.

ABSTRACT

The article addresses Youth and Adult Education (EJA) in Brazil, focusing on its historical evolution and the contributions of Álvaro Vieira Pinto and Miguel Arroyo. Since the colonial period, educational exclusion has been a reality for the popular classes, exacerbated by policies that reinforced inequalities. During the military dictatorship, initiatives such as MOBRAL prioritized functional and ideological literacy, without promoting social transformation. With the return to democracy, EJA was recognized as a right by the 1988 Constitution and consolidated by the 1996 Law of Guidelines and Bases (LDB), aiming at inclusion and citizenship. The general objective of this study is to analyze the evolution of schooling for youth and adults in Brazil, highlighting historical challenges and the contributions of Álvaro Vieira Pinto and Miguel Arroyo to the construction of a critical and emancipatory educational approach. To this end, the specific objectives include: (1) historically contextualizing youth and adult education in Brazil, highlighting the challenges faced over time; (2) examining the educational policies implemented for the literacy of youth and adults, identifying advances and setbacks; (3) critically analyzing the theoretical contributions of Álvaro Vieira Pinto and Miguel Arroyo to educational thought focused on EJA; (4) discussing the current challenges of EJA and their implications for social inclusion and the development of citizenship; and (5) presenting reflections on how the principles advocated by the studied authors can contribute to strengthening EJA as a transformative educational policy. The results indicate that, despite legal advances, EJA still faces significant challenges, such as school dropout, institutional prejudice, and a lack of adequate investment. The analyses show that valuing students' lived experiences, as proposed by Arroyo, and the conception of education as a tool for social transformation, advocated by Vieira Pinto, are fundamental to strengthening EJA and making it more effective in promoting inclusion and citizenship. The study concludes that, for EJA to fully fulfill its role, it is essential to develop more inclusive public policies and adopt pedagogical practices that respect students' diversity and promote meaningful and critical learning.

Keywords: Youth and Adult Education (EJA). Literacy. Social inclusion. Citizenship.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	07
2	BREVE SÍNTESE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL ..	12
3	CONTRIBUIÇÕES DE ÁLVARO VIEIRA PINTO PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL	18
4	MIGUEL ARROYO: REFLEXÕES SOBRE A EJA E A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA	21
5	DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO: O PAPEL TRANSFORMADOR DA EJA	24
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
	REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem sido historicamente um campo de lutas e desafios no Brasil, refletindo as desigualdades sociais e educacionais presentes desde o período colonial. Ao longo dos séculos, a exclusão de amplas camadas da população do sistema formal de ensino consolidou um cenário em que a alfabetização e a escolarização tornaram-se privilégios de poucos. Apesar dos avanços legais, como a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a EJA ainda enfrenta obstáculos significativos, incluindo altas taxas de evasão, desvalorização social e falta de investimentos adequados.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender as influências teóricas que sustentam a educação de jovens e adultos, especialmente as contribuições de pensadores que defenderam uma abordagem emancipatória e crítica para essa modalidade de ensino. Dentro deste contexto, este trabalho procura fazer uma contribuição na área da Educação de Jovens e Adultos, analisando a evolução histórica da EJA no Brasil e as contribuições de Álvaro Vieira Pinto e Miguel Arroyo para sua consolidação como um direito fundamental.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil enfrenta desafios estruturais que vão além da simples oferta de ensino para aqueles que não tiveram acesso à escolarização na idade adequada. Apesar do reconhecimento legal da EJA como um direito, sua efetivação ainda esbarra em altos índices de evasão, dificuldades pedagógicas e a falta de políticas públicas eficazes para garantir a permanência e a qualidade do ensino.

O problema torna-se ainda mais complexo quando se observa a necessidade de uma abordagem que considere a realidade sociocultural dos estudantes, promovendo um aprendizado significativo e emancipador. Embora diferentes estratégias tenham sido propostas ao longo da história, não há uma solução consolidada para os desafios enfrentados pela EJA, o que mantém o tema em aberto e de grande interesse para educadores, pesquisadores e formuladores de políticas públicas.

Diante desse cenário, este trabalho busca responder às seguintes questões de pesquisa: quais são os principais desafios históricos e contemporâneos da EJA no Brasil? De que forma as contribuições de Álvaro Vieira Pinto e Miguel Arroyo podem

ajudar a repensar e fortalecer essa modalidade de ensino? Essas questões permitem uma reflexão crítica sobre o papel da EJA e orientam a formulação de hipóteses que fundamentam a análise deste estudo.

Este trabalho tem como objetivo analisar a evolução histórica da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, enfatizando as contribuições teóricas de Álvaro Vieira Pinto e Miguel Arroyo para o desenvolvimento dessa modalidade educacional. A pesquisa se concentra na abordagem crítica desses autores e sua relação com as políticas públicas voltadas para a EJA, sem, no entanto, abordar detalhadamente todas as experiências educacionais implementadas no Brasil ou realizar um levantamento empírico sobre a eficácia das metodologias aplicadas atualmente. Assim, este estudo se limita a uma revisão bibliográfica fundamentada, identificando desafios e apontando direções possíveis para o fortalecimento da EJA a partir das contribuições desses intelectuais.

A relevância desta pesquisa reside na necessidade urgente de fortalecer a EJA como um instrumento de inclusão social e transformação educacional. Apesar de avanços na legislação e na implementação de políticas educacionais, a EJA ainda sofre com a descontinuidade de programas, altas taxas de evasão e uma estrutura pedagógica que muitas vezes não atende às necessidades específicas de seus estudantes (HADDAD & DI PIERRO, 2000). A solução proposta neste estudo não se apresenta como uma resposta definitiva para os desafios da EJA, mas contribui ao trazer reflexões teóricas embasadas em autores que propõem uma educação emancipadora e crítica.

A partir da análise das ideias de Vieira Pinto e Arroyo, o trabalho busca evidenciar a necessidade de metodologias pedagógicas que respeitem as vivências e o contexto sociocultural dos estudantes, promovendo um ensino significativo e inclusivo. O diferencial desta pesquisa está em sua abordagem teórica, que conecta as concepções desses autores com a realidade contemporânea da EJA, demonstrando como suas contribuições podem orientar políticas e práticas educacionais mais eficazes.

Além disso, a pesquisa possui relevância social, ao discutir formas de aprimorar a EJA para garantir maior permanência e sucesso dos estudantes; organizacional, ao fornecer subsídios para gestores educacionais e formuladores de políticas; e acadêmica, ao aprofundar o debate sobre o papel da educação crítica na transformação social. Dessa forma, este estudo contribui para o avanço do

conhecimento na área e para o fortalecimento da EJA como um direito fundamental e um caminho para a justiça educacional.

O objetivo geral deste trabalho é analisar a evolução da escolarização de jovens e adultos no Brasil, desde o período colonial até a consolidação da Educação de Jovens e Adultos (EJA), destacando os desafios enfrentados e as contribuições de Álvaro Vieira Pinto e Miguel Arroyo para a compreensão dessa modalidade educacional. Para atingir esse objetivo, este estudo busca: (1) contextualizar historicamente a educação de jovens e adultos no Brasil, evidenciando as barreiras enfrentadas ao longo do tempo; (2) examinar as políticas educacionais implementadas para a alfabetização de jovens e adultos, identificando avanços e retrocessos; (3) analisar criticamente as contribuições de Álvaro Vieira Pinto e Miguel Arroyo para o pensamento educacional voltado à EJA; (4) discutir os desafios atuais da EJA e suas implicações para a inclusão social e o desenvolvimento da cidadania; e (5) apresentar reflexões sobre como os princípios defendidos pelos autores estudados podem contribuir para fortalecer a EJA como uma política educacional transformadora e emancipatória.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em uma pesquisa bibliográfica e documental, com o objetivo de compreender a evolução da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, suas dificuldades históricas e as contribuições de Álvaro Vieira Pinto e Miguel Arroyo para a consolidação dessa modalidade educacional. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa segue o método indutivo, pois parte da análise de dados históricos, teóricos e documentais para construir reflexões mais amplas sobre o papel da EJA na promoção da inclusão social e cidadania.

Sob a perspectiva da natureza da pesquisa, este trabalho é classificado como pesquisa básica, pois busca contribuir para o avanço do conhecimento sobre a história e as políticas da EJA, sem que haja um objetivo imediato de aplicação prática direta. Em relação à forma de abordagem do problema, o estudo é qualitativo, uma vez que se concentra na interpretação crítica de textos e documentos históricos, sem a coleta de dados numéricos ou análise estatística. Quanto aos objetivos da pesquisa, trata-se de uma pesquisa descritiva e explicativa. A pesquisa é descritiva porque apresenta a evolução histórica da EJA, identificando marcos legais e desafios ao longo do tempo, e explicativa porque busca compreender os fatores que influenciaram a construção

dessa modalidade educacional, analisando as perspectivas teóricas de Vieira Pinto e Arroyo.

Para alcançar os objetivos estabelecidos, este estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica consistiu na análise de livros, artigos científicos e documentos que abordam a história da EJA no Brasil, suas políticas públicas e os principais desafios enfrentados ao longo dos séculos. Autores como Haddad e Di Pierro (2000), Strelhow (2010), e Freire e Carneiro (2015) foram consultados para embasar a discussão teórica e histórica. Já a pesquisa documental envolveu a análise de documentos oficiais, como a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e os pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre a EJA, para compreender as diretrizes legais que moldaram essa modalidade de ensino.

A pesquisa seguiu as seguintes etapas: (1) levantamento e seleção de bibliografia relevante sobre a história da EJA e suas políticas educacionais; (2) análise das contribuições teóricas de Álvaro Vieira Pinto e Miguel Arroyo, identificando suas concepções sobre a educação de jovens e adultos; (3) contextualização histórica da EJA no Brasil, destacando os desafios enfrentados desde o período colonial até os dias atuais; e (4) síntese das reflexões sobre o papel da EJA na inclusão social e cidadania, à luz das contribuições teóricas analisadas.

O estudo não envolveu a coleta de dados empíricos, entrevistas ou observação de práticas educacionais, pois seu escopo é teórico e analítico. No entanto, os resultados da pesquisa podem servir de base para futuras investigações empíricas e para o aprimoramento de políticas públicas voltadas à EJA. A perspectiva de retorno da pesquisa se dá no campo acadêmico e educacional, fornecendo subsídios teóricos para professores, gestores e pesquisadores interessados em aprofundar o debate sobre a educação de jovens e adultos no Brasil.

O presente artigo está organizado em cinco seções interligadas. A primeira seção, Introdução, apresenta o tema da pesquisa, situando historicamente a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil e destacando sua relevância acadêmica e social. Também são descritos o problema de pesquisa, os objetivos, geral e específicos, a justificativa do estudo, bem como a metodologia utilizada, delimitando o escopo da investigação.

A segunda seção aborda a fundamentação teórica, trazendo um panorama sobre a história da escolarização de jovens e adultos no Brasil. São discutidos os

desafios enfrentados desde o período colonial até a implementação da EJA, analisando fatores estruturais, políticos e pedagógicos que influenciaram essa modalidade educacional. Essa seção estabelece a base conceitual para a análise posterior das contribuições teóricas de autores relevantes para o tema.

A terceira seção explora as contribuições de Álvaro Vieira Pinto e Miguel Arroyo para a EJA, destacando suas perspectivas sobre a educação de jovens e adultos. São analisadas suas concepções teóricas e como suas ideias influenciam práticas pedagógicas voltadas à inclusão e emancipação dos educandos.

A quarta seção discute os desafios contemporâneos da EJA no Brasil, considerando as dificuldades estruturais e as implicações para a inclusão social e a cidadania. Com base na literatura revisada, são abordados os principais entraves e possibilidades para fortalecer essa modalidade educacional, relacionando as reflexões de Vieira Pinto e Arroyo ao contexto atual.

Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais, nas quais são tecidas as conclusões do estudo, relacionando os objetivos iniciais com os resultados alcançados. Além disso, são apontadas possíveis direções para pesquisas futuras, considerando as lacunas identificadas ao longo da investigação e a necessidade de aprofundamento do tema para a formulação de políticas educacionais mais eficazes para a EJA.

2 BREVE SÍNTESE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

O analfabetismo é um problema grave vivido por milhões de brasileiros, desde os tempos coloniais brasileiros. Do ponto de vista político e social é uma realidade que continua envergonhando parte da sociedade brasileira, tanto aqueles que ao longo da história não tiveram acesso ao mundo da escola, quanto aos professores que acreditam que seja possível superar o problema com o auxílio de práticas pedagógicas.

Há uma longa caminhada no debate e nas lutas acerca do direito à educação para todos os cidadãos brasileiros. Desde as origens, com a inexistência da escola para a maioria dos pobres e excluídos e posteriormente com uma educação elitista que exclui os mais pobres, até a Educação de Jovens e Adultos¹ (EJA) se tornar, no âmbito do estado brasileiro, no contexto da legislação educacional uma modalidade de ensino, como define a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Para isso, foram utilizados dados da literatura (COLAVITTO & ARRUDA, 2014, HADDAD; DI PIERRO, 2000; STRELHOW, 2010). A partir da leitura desses artigos, utilizando o contexto das atividades da disciplina Educação de Jovens e Adultos, procuramos informar o que é, para que serve e a justificativa da criação da EJA.

Um novo pensar sobre a educação de jovens e adultos traz para o âmbito escolar questões relativas ao processo histórico do aluno. Existem muitos motivos que levam esses adultos a estudarem, como, exigências econômicas, tecnológicas e competitividade do mercado de trabalho. Vale destacar, que outras motivações levam os jovens e adultos para a escola, por exemplo, a satisfação pessoal, a conquista de um direito, a sensação da capacidade e dignidade que traz autoestima e a sensação de vencer as barreiras da exclusão (STRELHOW, 2010).

O autor (STRELHOW, 2010) segue relatando sobre como foi a educação durante o período colonial e que desde lá a educação sempre foi voltada para as crianças e não para os adultos, sem falar que a educação era bastante elitista e excludente. Segundo este mesmo autor grande parte da população, indígenas e negros, não faziam parte desse processo educacional.

¹ Vamos utilizar durante todo o artigo a expressão “Educação de Jovens e Adultos (EJA)” ou somente EJA para tratar de uma modalidade de ensino que também já foi chamada de Educação de Adultos, Ensino Supletivo entre outras expressões ao longo da história, seja nos marcos legais ou na pesquisa científica. Essa opção se faz necessária para facilitar a escrita e leitura do texto, tentando evitar uso exagerado de contextualizações para aplicação das expressões em seus devidos tempos históricos.

Para Strelhow (2010) há uma perspectiva histórica de abordagem da EJA explicitando ações do governo e da sociedade na busca de solução para o problema do analfabetismo.

Informa que desde a colônia, passando pelo império, a educação brasileira busca cumprir o objetivo de excluir os mais pobres.

Com a saída dos jesuítas do Brasil em 1759, a educação de adultos entra em colapso e fica sob a responsabilidade do Império a organização e emprego da educação. A identidade da educação brasileira foi sendo marcada então, pelo elitismo que restringia a educação às classes mais abastadas.

Havia uma grande discussão em todo o Império de como inserir as chamadas camadas inferiores (homens e mulheres pobres livres, negros e escravos, livres e libertos) nos processos de formação formais. E a partir do Ato Constitucional de 1834, ficou sob a responsabilidade das províncias a instrução primária e secundária de todas as pessoas, mas que foi designada especialmente para jovens e adultos (STRELHOW, 2010, p. 51).

O processo de ensino de jovens e adultos no Brasil, se deu desde o período colonial, que por meio dos Jesuítas buscavam a alfabetizar tanto a princípio os indígenas e posteriormente os negros escravizados (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Sabe-se que já no período colonial os religiosos exerciam sua ação educativa missionária em grande parte com adultos. Além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros. Mais tarde, se encarregaram das escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Segundo as autoras (COLAVITTO; ARRUDA, 2014), os analfabetos eram tidos como dependentes e incapazes, sendo assim não lhes era permitido fazer muitas coisas, não tinham seus direitos valorizados e não lhes era permitido ter acesso a muitas coisas, inclusive votar.

Um enorme preconceito era mantido em relação aos analfabetos, discriminando-os como seres incapazes não só socialmente, mas psicologicamente também. Por serem analfabetos não tinham direitos econômicos, políticos e jurídicos, não tinham acesso ao voto, eram explorados no trabalho, pois não tinham conhecimento e cultura (COLAVITTO; ARRUDA, 2014).

Houve muitos movimentos sociais que lutavam em prol da alfabetização dos adultos, e devido a diversas situações ocorridas ao longo dos anos, quer seja pela

Campanha Nacional de Educação Rural, ou pelo Movimento de Educação de Base dentre outros movimentos sociais que no ano de 1964 durante o período militar, com a ideia de controlar melhor as pessoas foram criadas o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que foi utilizada somente como forma de ensinar a ler e escrever (STRELHOW, 2010).

O projeto MOBRAL permite compreender bem essa fase ditatorial por que passou o país. A proposta de educação era toda baseada aos interesses políticos vigentes na época. Por ter de repassar o sentimento de bom comportamento para o povo e justificar os atos da ditadura, esta instituição estendeu sobre seus braços a uma boa parte das populações carentes, através de seus diversos programas (COLAVITTO; ARRUDA, 2014 *apud* BELLO, 1993, p.38).

O período da ditadura foi de muita luta para a população brasileira buscando enfrentar as contradições políticas e econômicas e ao mesmo tempo os conflitos gerados por um governo que se colocou contra o povo. Houve ações específicas dos militares no governo no sentido de impor mudanças na educação para que esta fosse condutora de suas ideologias. Não foi diferente o tratamento dado à EJA. Em 1967 o governo militar cria o Mobral, que foi extinto em 1985.

Com o Militarismo, os programas que visavam à constituição de uma transformação social foram abruptamente interrompidos com apreensão de materiais, detenção e exílio de seus dirigentes. Retoma-se, nessa época, a educação como modo de homogeneização e controle das pessoas. O governo militar, então, criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), em 1967, com o objetivo de alfabetizar funcionalmente e promover uma educação continuada. Com esse programa a alfabetização ficou restrita à apreensão da habilidade de ler e escrever (STRELHOW, 2010, p. 54).

Com a chegada da Nova República, foi extinto o MOBRAL e com o decorrer se criou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), onde se buscou a transformação do método de ensino utilizado para a educação de jovens e adultos, onde surgiram diversos projetos na busca de facilitar a aprendizagem desses adultos (STRELHOW, 2010).

Daí, vem a necessidade de ter uma formação escolar, pois é o processo ensino aprendizagem que irá nos ajudar a participar direta e indiretamente da vida em sociedade, que envolve vários fatores como: política, economia, cumprimento de direitos e deveres, intimamente associados à cidadania e se não nos tornamos cidadãos participantes os seremos apenas no papel. Onde não há efetivo exercício de direitos e deveres, não pode haver cidadania plena. E então a escola é a principal

instituição socialmente encarregada de dar concretude ao cidadão abstrato, das constituições, leis e estatutos (COLAVITTO; ARRUDA, 2014).

A literatura indica que nos diferentes períodos da história brasileira houve esforços para ofertar educação para todos os cidadãos, no entanto também pudemos verificar que esse não é um processo harmonioso e muitas vezes expressa os conflitos de uma sociedade ou de grupos dominantes específicos que querem manter seus privilégios. Do ponto de vista do tratamento dado à educação de jovens e adultos nas constituições, Haddad e Di Pierro (2000) indicam como isso ocorreu no império na Constituição de 1824 e na República, na Constituição de 1891:

No campo dos direitos legais, a primeira Constituição brasileira, de 1824, firmou, sob forte influência europeia, a garantia de uma “instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”, portanto também para os adultos. A Constituição de 1891, primeiro marco legal da República brasileira, consagrou uma concepção de federalismo em que a responsabilidade pública pelo ensino básico foi descentralizada nas Províncias e Municípios (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 109).

Freire e Carneiro (2015) apontam perspectiva semelhante ao apresentar a história da EJA no Brasil, mas seu reconhecimento como direito das pessoas a partir da década de 1930 e ressaltam as contribuições do educador Paulo Freire neste processo nos anos antes e depois do golpe militar.

A história mostra que houve uma tentativa de reconhecimento da EJA como um direito a partir da década de 1930, com destaque para as campanhas de alfabetização que aconteceram nos anos de 1940 e 1950. Ao final da década de 1950, o educador pernambucano Paulo Freire iniciou a sistematização de seu método de ensino para a alfabetização de adultos. Suas primeiras experiências de aplicação do método se iniciaram na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1962, tendo a participação de 300 trabalhadores que foram alfabetizados em 45 dias.

O método freiriano estimulava a compreensão do registro escrito a partir do conhecimento do aluno e da conscientização da população sobre a realidade brasileira de maneira dialógica. Considerava que a educação, para ser transformadora e emancipadora, necessitava considerar e respeitar as pessoas, suas culturas e modo de vida (FREIRE; CARNEIRO, 2015, p. 4).

Essas autoras reproduzem fala de um Ministro da Educação no Governo Collor, em 1991, confirmando o tratamento marginalizador dado aos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos no passado como vimos, mas também em tempos mais atuais:

No Governo Collor, as políticas neoliberais de reforma do Estado num contexto de crise financeira provocaram mudanças na educação básica e acabaram priorizando a educação fundamental das crianças, deixando de lado mais uma vez a EJA. Em 1991, o então ministro da Educação, Prof. José Goldemberg deu a seguinte declaração: “O adulto analfabeto já encontrou seu lugar na sociedade. Pode não ser um bom lugar, mas é o seu lugar. Vai ser pedreiro, vigia de prédio, lixeiro ou seguir outras profissões que não exigem alfabetização. Alfabetizar o adulto não vai mudar muito sua posição dentro da sociedade e pode até perturbar [...] (Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 12 de dezembro, 1991)” (FREIRE; CARNEIRO, 2015, p. 4).

A educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil teve seu surgimento por meio do término ou descontinuidade de algumas políticas públicas, que eram insuficientes para exercer o seu efetivo papel que foram estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, políticas essa que visa se fazer valer o direito de todos ao ensino e a aprendizagem.

A partir da análise da formação da educação brasileira percebe-se que a escola pública, desde suas origens, se configura como espaço de atendimento às classes populares. Ela tem sido uma conquista cheia de conflitos, com situações em que os direitos ao cidadão são negados. Neste sentido, a maioria da população brasileira tem sido excluída do acesso ao conhecimento necessário para conduzir sua vida na sociedade capitalista. O analfabetismo e a exclusão e o fracasso escolar contribuem para que a população pobre fique excluída.

A argumentação utilizada por Freire e Carneiro (2015) aponta para a necessidade de priorizar a educação, e no caso da sociedade capitalista a escola pública é o espaço que pode garantir a transmissão do conhecimento acumulado historicamente pela humanidade, pois essa é a principal especificidade da educação escolar. O desenvolvimento e a oferta de EJA contribui para romper com esse processo marginalizador.

As diretrizes Curriculares Nacionais da EJA indicam que ela tem o intuito de alfabetizar e formar cidadãos para que tenham novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho e na vida social. Portanto, essa modalidade da educação básica “busca formar e incentivar o leitor de livros e das múltiplas linguagens visuais juntamente com as dimensões do trabalho e da cidadania” (BRASIL, 2000, p. 10).

Se tomarmos como referência a Lei de Diretrizes e Bases – LDB, a Lei nº 9.394 de 1996 podemos perceber ali que a EJA está definida como aquela educação destinada a quem não teve acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade regular, assegurando a gratuidade aos jovens e aos adultos

(BRASIL, 1996). Esse é um elemento importante para a continuidade da luta por educação para todos atualmente, inclusive a educação de jovens e adultos. No entanto somente o instrumento legal não é suficiente, precisamos continuar lutando por realização prática.

Embora tivemos diversos avanços desde a época do império, ainda temos muito que mudar para termos para além de “pessoas alienadas, possamos produzir leitores críticos”. E para que isso ocorra é preciso avaliar e buscar utilizar o que deu certo no passado e transformar o que não deu certo por métodos que hoje nos permitirá melhorar a qualidade de ensino e assim diminuir a taxa de analfabetismo no Brasil (STRELHOW, 2010).

Assim, a EJA tem um longo caminho no sentido de se tornar uma política de governo para atender as populações jovens e adultas que precisam ter acesso à educação de qualidade e que vá além do domínio da leitura e da escrita.

3 CONTRIBUIÇÕES DE ÁLVARO VIEIRA PINTO PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

É importante pontuar que Álvaro Vieira Pinto (1909-1987) foi um importante filósofo e educador brasileiro, reconhecido por sua contribuição à filosofia da educação e ao pensamento crítico no Brasil (LIMA, 2015). Influenciado pelo materialismo histórico e dialético, ele abordou temas como desenvolvimento, tecnologia e emancipação social, relacionando-os ao contexto educacional.

Um de seus legados mais significativos foi a reflexão sobre a “consciência ingênua” e a “consciência crítica”, conceitos que inspiraram educadores como Paulo Freire (SILVA, 2013). Vieira Pinto argumentava que a educação deveria ser um instrumento de transformação social, capaz de desenvolver a consciência crítica dos indivíduos para que compreendessem e interviessem na realidade de maneira ativa e emancipadora (FREITAS, 2006).

Seu pensamento contribuiu para fundamentar uma pedagogia libertadora e reflexiva no Brasil, com ênfase no papel da educação no desenvolvimento de uma sociedade justa e autônoma.

De acordo com Pinto (1993), ao alcançar a fase adulta, o indivíduo assume a responsabilidade pela produção social, pela orientação da sociedade e pela sua reprodução. Ele afirma que a essência do ser humano está presente em todas as fases da vida, porém argumenta que é na fase adulta que ele vive mais possibilidades, onde se compreende seu significado como fator constitutivo da natureza humana. Ele relata sobre a importância do trabalho na vida do ser humano e como ele pode fazer esse trabalho de acordo com as condições oferecidas pela sociedade para que ele possa fazer esse trabalho.

Para Pinto (1993), o trabalhador consegue se adaptar para fazer o seu trabalho e ter participação na realidade social. Porém por mais que atue como educado, não é alfabetizado ou escolarizado, e a sociedade busca educá-lo não por conta de participação na sociedade, porque eles já participam e sim como forma de participar de níveis culturais mais altos e como exigência econômica.

Segundo Pinto (1993) cabe aos pais a responsabilidade sobre a educação das crianças e que depende das circunstâncias materiais da família. De acordo com ele, a educação do adulto não pode ser conseguida separadamente com a da criança e que essas campanhas devem ser feitas em conjunto. Pois o adulto, segundo o autor,

não tem que ser relegado a condição de iletrado e concentrar os recursos e esforços na educação das crianças pois, o adulto rende mais quando é alfabetizado, e é por meio da educação dos adultos que se permite um avanço nas condições necessárias para o avanço do processo educacional nas gerações infantis e juvenis.

Dessa forma, o educador de um adulto tem que entender que o adulto iletrado é uma pessoa normal e útil para a sociedade e que o fato de não ser alfabetizado é um índice social, e que este indivíduo não é incapaz, nem preguiçoso. O docente precisa considerar que o educando adulto é um ser pensante e capaz e levar em conta sua construção de vida no processo de aprendizagem pois, ele é um membro ativo da sociedade, e influencia outros da sociedade.

Dessa forma, ao aprender pode influenciar outras pessoas de seu meio para percorrer o mesmo caminho do processo de aprendizagem. Nesse sentido, o educador tem o papel de ensinar de uma forma que leve o educando a perceber o que causou o seu atraso educacional e alcançar uma consciência crítica instruída de si e do mundo.

Sendo assim, o educando aprenderá as primeiras letras e este processo abrirá portas para que ele tenha um aprendizado maior futuramente. Para que isso ocorra, o professor tem que buscar meios para ensinar que desperte no adulto o interesse de instruir-se e de ser alfabetizado e não utilizar os mesmos métodos utilizados para educar crianças, pois o ser iletrado não o torna infantil e incapaz, somente demonstra a necessidade de outras formas de aprendizagem.

O autor define a educação como o processo pelo qual a sociedade forma seus membros, e tem como consequência a formação do homem pela sociedade, sendo um fator existencial, pois se refere ao homem em toda a sua realidade, sua existência, e é considerada também um fator social pois ela se refere a sociedade como um todo, sendo o processo onde a sociedade se reproduz ao longo dos anos, sendo também cultural, pois ela é os conhecimentos, experiências, usos crenças, valores, etc. e os métodos utilizados pela totalidade social é função da cultura existente. O ser humano é por essência um ser inacabado pois busca se constitui ao longo da sua existência buscando coletar o que foi aprendendo ao longo da sua história e busca contribuir sempre a comunidade.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade educacional que promove uma colaboração estreita entre professor e aluno ao longo de todo o processo de aprendizado. Nesse contexto, o professor assume o papel de provocador,

incentivador e mediador, facilitando o acesso ao conhecimento e estimulando a curiosidade dos alunos. Por sua vez, o aluno se posiciona como um agente ativo na sua própria aprendizagem, atuando como descobridor, curioso e aplicador do conhecimento que vai sendo construído em conjunto (LOPES & ROSA, 2019).

Dessa maneira, o objetivo da EJA está voltado para a transformação social. Essa modalidade educacional busca não apenas a alfabetização e a formação acadêmica, mas também o desenvolvimento integral do indivíduo por meio das interações que ele estabelece no âmbito social. A EJA visa formar cidadãos críticos, reflexivos e engajados, capacitando-os a participar ativamente da vida comunitária e a exercer seus direitos e deveres com consciência.

A EJA reconhece a diversidade de experiências e saberes dos alunos, valorizando suas histórias de vida e promovendo um ambiente de aprendizado inclusivo e respeitoso. Ao proporcionar uma educação que dialoga com as realidades sociais dos jovens e adultos, essa modalidade se torna um instrumento poderoso para fomentar mudanças significativas nas dinâmicas sociais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Assim, a EJA se firma como uma ponte entre o conhecimento formal e as vivências cotidianas dos alunos, promovendo um processo educativo que é tanto transformador quanto emancipador (LOPES & ROSA, 2019).

4 MIGUEL ARROYO: REFLEXÕES SOBRE A EJA E A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA

Miguel González Arroyo (1939-2021) foi um renomado educador e sociólogo espanhol naturalizado brasileiro, que dedicou sua vida à defesa de uma educação pública, democrática e inclusiva no Brasil. Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Arroyo foi um dos principais teóricos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Pedagogia da Alternância. Ele enfatizou a importância de respeitar os saberes populares e as experiências dos educandos, propondo uma educação que valorize a diversidade e promova a justiça social (BORGES & SILVA, 2017).

Suas contribuições foram fundamentais para o fortalecimento da educação como direito humano, especialmente de populações historicamente marginalizadas. Entre suas obras mais importantes estão *Ofício de Mestre* (2000) e *Currículo, Território em Disputa* (2011), onde abordou questões relacionadas ao papel dos professores e à construção curricular em contextos de desigualdade social (ARROYO, 2000; ARROYO, 2011). Arroyo também foi um defensor da valorização da docência e um crítico das políticas educacionais que negligenciam as necessidades dos sujeitos da educação.

Arroyo (2017) ressalta os indivíduos que, ao se candidatarem à docência e à EJA, carregam consigo as injustiças sociais que sofrem, mas também as esperanças de emancipação. Como adultos jovens que trabalham, eles têm a convicção de que retomar os estudos lhes proporcionará uma vida mais equitativa e humana. Como educadores-mestres, eles reestruturam suas identidades profissionais e, através de práticas em grupo, criam tópicos de estudo para habilitar seus estudantes a identificarem suas injustiças e resistirem a elas.

Nas últimas décadas, as preocupações dos oprimidos têm ressoado nas escolas públicas populares, particularmente na formação de jovens e adultos trabalhadores. A educação e o ensino têm lidado com o dilema de ignorar ou reconhecer a identidade dos alunos: suas origens, percursos e contextos sociais, étnicos, raciais e de gênero. Esta reflexão é essencial, uma vez que os estudantes vêm de contextos caracterizados por desigualdades nas áreas de poder, trabalho e acesso a recursos básicos como salário, terra e habitação (ARROYO, 2017).

A demanda por uma reinvenção das práticas pedagógicas, conhecimentos e currículos na formação inicial e contínua dos educadores vem de longa data. Estes textos de análise focam nesses indivíduos que, ao se tornarem professores na Educação de Jovens e Adultos, carregam consigo as injustiças que a sociedade impõe. Porém, também carregam a resistência e a esperança de que a retomada do caminho educacional lhes proporcione uma vida mais equitativa e humana (ARROYO, 2017).

Conforme Arroyo (2017), esses jovens-adultos, enquanto professores-educadores, não só reestruturam suas identidades profissionais, mas também colaboram em práticas coletivas para criar novos tópicos de estudo. Esta estratégia tem como objetivo ensiná-los a compreender seu papel como educadores dedicados a assegurar que seus estudantes identifiquem não só as injustiças que sofrem, mas também sua habilidade de resistir a elas. Portanto, a educação se transforma em um ambiente de mudança social e empoderamento.

A EJA precisa ser uma forma de educação voltada para indivíduos reais, em contextos reais, com histórias reais e características reais. A EJA se orienta, gradativamente, para se tornar um projeto de educação popular voltado para jovens e adultos que estão à margem. A partir disso, observa-se que a EJA mantém sua relevância como uma política afirmativa para esse grupo que se torna cada vez mais vulnerável, não deve ser misturada com políticas mais amplas (ARROYO, 2017).

Para Arroyo (2007), até o currículo tem pouca informação sobre o trabalho. É interessante notar que os currículos geralmente assumem-se que preparam os alunos para o trabalho. A visão que o currículo possui do estudante é a de alguém que deve ser empregável, portanto, devemos capacitá-lo para conseguir um emprego, criando um currículo baseado em competências para uma sociedade centrada no trabalho. A indagação que deveria ser feita é: quais conhecimentos sobre o trabalho precisamos transmitir nos cursos da Educação de Jovens e Adultos? Não se trata de evitar lidar com o trabalho, mas existem diversas maneiras de preparar alguém para o mercado.

Uma dessas maneiras é aumentar as competências dos alunos em um ambiente que se torna cada vez mais competitivo, devido aos processos de produção seletiva. Essa é uma abordagem. Entretanto, há outra abordagem que o movimento sindical global nos ensinou, pois, esse movimento não abandonou a ideia de formar um trabalhador ou trabalhadora competente e capaz.

Contudo, o que ele realmente enfatizou foi algo que a classe burguesa nunca quis que acontecesse, que os trabalhadores compreendessem profundamente os diferentes aspectos do trabalho. O conhecimento sobre os diversos contextos do trabalho vai além das habilidades necessárias para passar em um concurso ou conseguir um emprego.

5 DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO: O PAPEL TRANSFORMADOR DA EJA

As mudanças que estão ocorrendo no sistema capitalista promovem progressos na área de tecnologia e ciência, os quais frequentemente nos forçam a adquirir novos tipos de conhecimento, além de fomentar a ampliação das disparidades sociais e econômicas entre indivíduos, gerando grupos incluídos e excluídos. A educação contemporânea deve se preparar não apenas para o recém-modificado cenário econômico, político e cultural, mas também deve evoluir para um espaço de articulações e, acima de tudo, um bastião contra a exclusão social (REIS, 2014). Corroborando com Libâneo (2004, p. 52):

A escola de hoje não pode limitar-se a passar informação sobre as matérias, a transmitir o conhecimento do livro didático. Ela é uma síntese entre a cultura experiência que acontece na cidade, na rua, nas praças, nos pontos de encontro, nos meios de comunicação, na família, no trabalho etc., e a cultura formal que é o domínio dos conhecimentos, das habilidades de pensamento. Nela, os alunos aprendem a atribuir significados às mensagens e informações recebidas de fora, dos meios de comunicação, da vida cotidiana, das formas de educação proporcionadas pela cidade, pela comunidade (LIBÂNEO, 2004, p. 52).

A Educação de Jovens e Adultos é considerada uma ferramenta para promover mudanças e transformações sociais. Em um contexto mais abrangente, surgiu também a ideia de aprendizado contínuo, voltada para o desenvolvimento de seres humanos e comunidades mais solidárias. O verdadeiro valor do aprendizado ao longo da vida reside em capacitar os indivíduos a refletirem e enfrentarem os desafios sociais, políticos e econômicos que aparecerão em suas trajetórias. A educação para adultos é fundamental na luta contra a pobreza e é um aspecto importante para conscientizar aqueles que mais se beneficiariam de programas educacionais voltados para adultos sobre como a educação pode enriquecer suas vidas e ampliar suas oportunidades.

É conhecido que o público da Educação de Jovens e Adultos é composto por uma variedade de indivíduos que apresentam diferenças culturais e sociais, além de diversas idades, níveis de conhecimento, aspirações, vivências e expectativas de futuro. No entanto, a luta e a incapacidade de finalizar os estudos na idade apropriada são situações recorrentes para a maioria (REIS, 2014).

Como destacado, a Educação de Jovens e Adultos foi uma modalidade de ensino desenvolvida para atender as necessidades das pessoas que por algum motivo

não teve a oportunidade de concluir seus estudos na idade ou escolaridade corretas assim podemos dizer, seja qual for o motivo pelo qual o jovem não tenha concluído os estudos, seja por trabalho, problemas financeiros, problemas familiares, doenças entre outros empecilhos. Com a EJA, tem-se mais uma oportunidade de finalizar seus estudos e se preparar melhor para o mercado de trabalho e incluir-se na sociedade de forma mais preparado e assim, de certa forma reduzir as desigualdades educacionais no Brasil. Silva (2022) salienta que:

A EJA é uma modalidade de ensino fundamental para promover a inclusão social e econômica, fornecendo uma segunda chance para aqueles que não puderam completar sua educação formal na idade apropriada. Através da EJA, é possível reduzir as desigualdades educacionais e proporcionar oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional para adultos e jovens (SILVA, 2022, p.45).

Para o autor, a EJA desempenha o papel de grande importância no que diz respeito a desigualdade social oportunizando uma segunda chance para aqueles jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de concluir os seus estudos, e assim ter a oportunidade de acessar melhores empregos, melhores qualidades de vidas reduzir a desigualdade social, pois oportuniza desenvolvimento pessoal e profissional. Esse acesso à educação pode ser um caminho importante para diminuir as disparidades entre diferentes grupos sociais.

De acordo com Bocchini (2024), os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2022, revelaram que no Brasil: “9,8 milhões de jovens, de 15 a 29 anos - ou 19,9% da população dessa faixa etária - não concluíram a educação básica (formada pela educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio) e não frequentam escolas” (BOCCHINI, 2024, p. 01).

A situação exposta acima causa preocupação, visto que sem diploma da educação básica, muitos jovens brasileiros enfrentam dificuldades para acessar melhores oportunidades de emprego. O quadro a seguir mostra a situação de 9,8 milhões de jovens dos jovens de 15 a 29 anos no Brasil.

Quadro 1: Porcentagens de jovens fora da escola em 2024

<p>78 % dos alunos que estão fora da escola provém de famílias com renda <i>per capita</i> de até um salário-mínimo;</p> <p>70% são negros;</p> <p>43% não terminou o Ensino Fundamental;</p>

22% completou o Ensino Fundamental mas não iniciou o Ensino Médio; 35% tem o Ensino Médio Incompleto

Fonte: Bocchini (2024).

Essa situação contribui para perpetuar ciclos de pobreza e desigualdade social no país. Podemos imaginar que a ausência de escolaridade está atrelada um grande risco de exclusão social, causando baixa estima e em muitos casos, envolvimento em atividades ilícitas.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil representa uma conquista significativa na luta pela inclusão social e pela promoção da cidadania, mas ainda enfrenta desafios estruturais e pedagógicos que precisam ser superados. Ao longo de sua história, a EJA tem sido marcada por avanços e retrocessos, refletindo os conflitos de uma sociedade desigual.

Pensadores como Álvaro Vieira Pinto e Miguel Arroyo oferecem bases teóricas indispensáveis para a construção de práticas educativas que respeitem as vivências dos educandos e promovam a emancipação social (XAVIER; FREITAS, 2021). Contudo, é necessário fortalecer as políticas públicas e investir na formação de educadores comprometidos com uma abordagem crítica e inclusiva.

A continuidade dessa luta exige esforços intersetoriais e um olhar atento às necessidades específicas dos jovens e adultos atendidos, de forma a garantir não apenas o acesso, mas também a permanência e o sucesso educacional. Apenas com ações efetivas será possível consolidar a EJA como um instrumento transformador capaz de enfrentar o analfabetismo, diminuir as desigualdades e promover uma sociedade mais justa e igualitária.

Um ponto que chama bastante atenção no campo educacional da Educação de jovens e adultos é a evasão escolar pois, como bem pontua Correia (2021, p. 16), em seu trabalho dissertativo a evasão escolar da EJA envolve uma série de problemas como:

(...) a necessidade do aluno ir trabalhar fora; condições familiares; falta de condição para se dirigir à escola (nos casos de áreas mais distantes, enquanto que os fatores internos compreendem insatisfação do discente com metodologia empregada (ausência de uma proposta pedagógica voltada para a articulação das necessidades profissionais dos cidadãos), precárias condições das instalações físicas, desmotivação dos professores etc. (CORREIA, 2021, p. 16).

Para a autora (CORREIA, 2021), essas são algumas das causas que possam ser fatores que detonam a multiplicidade de muitas ações das quais envolve tanto os alunos quanto as escolas e o meio social.

Para Dantas, (2010, p. 14),

A evasão escolar é um problema endêmico e antigo do Brasil. Todos os anos milhares de crianças, adolescentes e idosos passam por essa experiência danosa ao seu futuro e ao do país. O problema é que a evasão é quase tida como comum entre os profissionais da educação, que no início do ano letivo não se preocupam em lotar as salas de aulas já que sabem que muitos dos alunos desaparecerão da escola. Já o reflexo desse descaso é sentido nas cadeias públicas, penitenciárias e centros de internação de adolescentes (DANTAS, 2010, p. 14).

Os estudantes da EJA hoje em dia, possuem uma série de desafios que se tornam adversidades nos seus estudos incluindo “(moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.)” Correia (2021, p.16), é justamente por ocasião desses desafios que muitos deles fazem parte da Educação de Jovens e Adultos. A autora destaca ainda a desvalorização que os alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) enfrentam frequentemente em comparação aos outros discentes do ensino regular.

Para ela esses alunos já se encontram em uma posição de marginalização dentro do processo educativo, seja pela idade avançada, seja por terem abandonado os estudos precocemente na infância. Dessa forma, para atender às necessidades desse público, é fundamental repensar e desenvolver uma metodologia que seja especificamente voltada para as habilidades e dificuldades que eles apresentam. De acordo com Garcia, (2010, p. 2).

A educação de jovens e adultos no decorrer de sua história, mostra a necessidade de uma metodologia adequada ao perfil do seu aluno. Entende-se na verdade que este ideal ainda não conquistado, uma prática pedagógica coerente com as necessidades deste aluno, ainda sofre resistência por parte de professores na maioria das escolas. Por isso, o educador precisa entender que o seu exercício profissional é um dos eixos mais importante para o acesso, mas principalmente para a permanência do aluno no processo ensino-aprendizagem (GARCIA, 2010, p. 2).

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) deve incorporar o diálogo pedagógico inspirado nas ideias de Paulo Freire, pois isso permite que os alunos reflitam sobre seu processo de desumanização e consigam ressignificar sua própria cidadania. Essa abordagem vai além da mera importância da trajetória escolar, concentrando-se nas vivências sociais de cada indivíduo que participa dessa modalidade de ensino. Ao

valorizar as experiências e contextos dos alunos, a EJA pode promover um aprendizado mais significativo e transformador.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise realizada, este estudo alcançou seu objetivo geral de investigar a evolução da escolarização de jovens e adultos no Brasil, desde o período colonial até a consolidação da Educação de Jovens e Adultos (EJA), evidenciando os desafios enfrentados e as contribuições teóricas de Álvaro Vieira Pinto e Miguel Arroyo.

Para isso, foram cumpridos os objetivos específicos: (1) foi contextualizada historicamente a educação de jovens e adultos no Brasil, destacando as barreiras estruturais e sociais que marcaram sua trajetória; (2) foram examinadas as políticas educacionais implementadas ao longo do tempo, ressaltando avanços e retrocessos na garantia desse direito; (3) foram analisadas as contribuições teóricas de Vieira Pinto e Arroyo, evidenciando sua relevância para uma abordagem crítica e emancipatória da EJA; (4) foram discutidos os desafios contemporâneos dessa modalidade educacional, incluindo os obstáculos à permanência dos estudantes e a necessidade de políticas públicas mais eficazes; e (5) foram apresentadas reflexões sobre como os princípios desses autores podem contribuir para fortalecer a EJA como um instrumento de inclusão social e transformação educacional.

Assim, este estudo reafirma a importância da EJA não apenas como um direito garantido legalmente, mas como um caminho essencial para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, reforçando a necessidade contínua de aprimoramento das políticas e práticas educacionais voltadas a esse público.

Para chegar a uma conclusão final, a Educação de Jovens e Adultos é importante refletir sobre o que inicialmente nos trouxe até aqui e dessa forma podemos nos apreciar a amplitude deste trabalho e a oportunidade de partilhar esta pesquisa com futuros leitores que partilham das mesmas preocupações.

Nesse sentido é necessária uma certa organização para podermos entender sobre o andamento da EJA no Brasil, ou corremos o risco de cair no equívoco de que a simples reprodução ou repetição de um conceito garante a compreensão. Sabemos que é inegável que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa um campo de grande relevância para a promoção da cidadania e a redução das desigualdades sociais no Brasil.

A EJA, é marcada por avanços e retrocessos, essa modalidade de ensino evidencia um grande esforço no campo educacional no sentido de assegurar o direito

que é garantido pela constituição Brasileira, incluindo aqueles que de certa forma não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos na idade apropriada.

Entende-se que a EJA transcende a simples alfabetização, pois constitui-se de uma ferramenta de emancipação social, bem como de formação de cidadãos transformando a realidade dos educandos. Pesquisadores renomados como Álvaro Vieira Pinto, Miguel Arroyo, Paulo Freire e Libâneo, ressaltam a necessidade de práticas pedagógicas que valorizam as vivências e saberes dos estudantes da EJA, pois acreditam que a formação crítica e reflexiva é essencial para que os educandos compreendam sua inserção no mundo e se tornem agentes de mudança social.

O professor que seja crítico e reflexível é de fundamental importância para os aprendizados dos alunos de modo que auxilia os educandos a se tornarem agentes de suas mudanças sociais, entretanto, é fundamental que os desafios estruturais, como a evasão escolar, a desvalorização dos educandos e a ausência de políticas públicas adequadas, sejam enfrentados com ações efetivas.

A Educação de Jovens e Adultos deve ser encarada não apenas como um direito, mas como um procedimento fundamental para a consolidação da democracia e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Por meio de um esforço coletivo entre governo, educadores e sociedade, é possível transformar a realidade da educação de jovens e adultos no Brasil, promovendo a emancipação dos sujeitos e a construção de um futuro mais inclusivo e humano para todos.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel González. **Ofício de Mestre: imagens e auto-imagens**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- ARROYO, Miguel. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares. *In: REVEJ@-Revista de Educação de Jovens e Adultos*, v. 1, n. 0, p. 1-108, 2007. Disponível em: <<https://nedeja.uff.br/wp-content/uploads/sites/223/2020/05/Balano-da-EJA-MiguelArroyo.pdf>>, Acesso em: 22/01/2025.
- ARROYO, Miguel González. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (orgs.). Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 19- 50.
- BOCCHINI, Bruno. **Quase 10 milhões de jovens sem ensino básico estão fora da escola**. Agência Brasil, 11 mar. 2024. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-03/quase-10-milhoes-de-jovens-sem-ensino-basico-estao-fora-da-escola>>, Acesso em: 05 jan. 2025.
- BORGES, Joyce de Almeida; SILVA, Edson Batista da. As contribuições de Paulo Freire e Miguel Arroyo para uma leitura da Educação no/do Campo em Goiás na contemporaneidade. *In: Anais do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, GT 14 – Educação do/no campo. Disponível em: <https://singa2017.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/12/gt14_1503084794_arquivo_trabalho-singa-2017a.pdf>. Acesso em: 22/01/2025.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, p. 27833–27841, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>, acesso em: 20/01/2025
- BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 11/2000** - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos. 2000. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf-arq/DiretrizesEJA.pdf>, acesso em: 20/01/2025
- COLAVITTO, Nathalia Bedran. ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. Educação de Jovens e Adultos (EJA): a importância da alfabetização. *In: Revista Eletrônica Saberes da Educação*, v 5, nº 1, 2014. Disponível em: <https://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/nathalia.pdf>, acesso em: 21/01/2025
- DANTAS, R. V. Medeiros. **Motivos da Evasão dos Alunos da EJA da E. E. Isabel Oscarlina Marques**. 2010. 44f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pós –

Graduação *Lato Sensu* em Psicopedagogia Clínico-Institucional) – Escola Superior Aberta do Brasil – ESAB, Vila Velha, 2010.

FREIRE, Poliana Cristina Mendonça; CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos: contradições e possibilidades. 2015. *In: Anais do III Colóquio Nacional | Eixo Temático I – Políticas em educação profissional*. ISSN: 2358-1190. Disponível em: <<https://memoria.ifrn.edu.br/handle/1044/1201>>, acesso em 24/10/2024.

FREITAS, Marcos Cezar de. Economia e educação: a contribuição de Álvaro Vieira Pinto para o estudo histórico da tecnologia. *In: Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 31, p. 80–95, jan. 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782006000100007>>, acesso em: 19/01/2025

GARCIA, Alexandra. **Invenções ordinárias**: currículos, políticas e matizes nas culturas de “Ser-professor. Tese (Doutorado) – Rio de Janeiro: UERJ, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&o_obra=174049>, acesso em: 19/01/2025

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. *In: Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago. nº 14. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf. Acesso em 24/10/2024>, acesso em 19/10/2024.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e Gestão da Escola: teoria e prática. *In: Revisada e Ampliada*. 5ª ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LIMA, M. F. As bases do pensamento do filósofo Álvaro Borges Vieira Pinto (1909-1987) e sua atuação no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). *In: Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 23, n. 87, p. 485–515, abr. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362015000100020>>, acesso em: 22/01/2025

LOPES, Tâmisa Silva; ROSA, Silandra Badch. O papel do educador na Educação de Jovens e Adultos. *In: Anais do Seminário Internacional de Educação (SIEDUCA)*, v. 4, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://www.ulbracds.com.br/index.php/sieduca/article/view/2443>>, acesso em: 22/01/2025

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1993. 118 p.

REIS, Edna de Assis Ferreira. **Desigualdade e educação**: a ação da Educação de Jovens e adultos (EJA) no município de Vila Velha. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Vila Velha, Vila Velha, 2014. 149 f. Disponível em: <<https://dspace4.ufes.br/items/b6db0415-cdc8-4c6c-8b30-85c681d1ddc6>>, acesso em: 15/10/2024.

SILVA, J. da. **A Educação de Jovens e Adultos no contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Acadêmica, 2022.

SILVA, Gildemarks Costa e. Tecnologia, educação e tecnocentrismo: as contribuições de Álvaro Vieira Pinto. *In: Rev. Bras. Estud. Pedagog. (online)*, Brasília, v. 94, n. 238, p. 839-857, set./dez, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/8yzpyFXhFS3bHdpCRsgGRtH/?format=pdf>>, acesso em: 15/10/2024

STRELHOW, Thyeles Bocarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. *In: Revista HISTEDBR*, On-line, Campinas. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639689>>, acesso em: 15/10/2024

XAVIER, Francisco Josimar Ricardo; FREITAS, Adriano Vargas. Apontamentos sobre o “problema da educação de adultos” na obra e pensamentos de Álvaro Vieira Pinto. *In: Revista Informação em Cultura (RIC)*, v. 3, n. 2, p. 47-68, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufersa.edu.br/ric/article/view/9355>>, acesso em: 15/10/2024